

Socialização e violência policial militar

AGNALDO JOSÉ DA SILVA*

Resumo: Este trabalho busca, a partir dos conceitos de instituição total e mortificação do self de Erving Goffman, analisar o processo de socialização do policial militar. Partimos do pressuposto que a socialização policial militar, centrada nos valores e princípios da hierarquia e da disciplina, anula antigos valores da vida civil de seus novos membros, forjando-lhes uma nova identidade, de cunho eminentemente militar. Assim, ao receber uma socialização centrada na hierarquia e disciplina militares, os novos membros da Polícia Militar constroem uma visão estereotipada dos civis, representando-os como paisanos folgados, um termo depreciativo. Nessa perspectiva, o civil passa a ser representado de forma pejorativa, primeiro passo para a violência policial militar. Dessa forma, estabelecemos, analiticamente, um elo de ligação entre o processo de socialização e a truculência policial militar no trato com a comunidade.

Palavras-chave: instituição total; Polícia Militar; socialização.

Este artigo é fruto de uma pesquisa¹ vinculada ao Programa de Mestrado em Sociologia da Universidade Federal de Goiás (UFG), realizada na Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás (APM-GO), na cidade de Goiânia, entre os anos de 2001 e 2002. A intenção era compreender o processo de socialização dos policiais militares, através de um estudo sobre o Curso de Formação de Praças Policiais Militares (CFPPM), mais conhecido como CFP ou Curso de Soldado e, ao mesmo tempo, perceber uma possível relação entre a formação militar e as práticas policiais. O pressuposto de que partimos é que o processo de socialização policial militar, centrado nos princípios e valores do militarismo, a hierarquia e a disciplina, contribui para um tipo específico

de comportamento policial, o violento. Para tal, recorremos a Erving Goffman, a fim de que, à luz do conceito de instituição total, pudéssemos analisar o processo de socialização policial militar.²

Instituição total

Neste estudo, consideramos a Academia de Polícia Militar como uma instituição total, termo apropriado de Erving Goffman (1974) para definir as instituições que exibem alto grau de fechamento e que produzem um modo de vida paralelo ao da sociedade mais ampla. Os internos, em tais instituições, estão inseridos num "mundo para si", onde eles dormem, trabalham e recreiam. Durante o processo de socialização, o contato com o mundo externo é mínimo, às vezes inexistente. No processo de socialização dos PMs em tais instituições ocorre

* Doutorando em Sociologia pela UnB, mestre em Sociologia pela UFG e professor da Faculdade Padrão – Goiânia.

1. A pesquisa em si constou de: 1) um levantamento bibliográfico em torno das monografias do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO), com vistas a apreender a visão que os oficiais tinham da Polícia Militar e, em específico, dos praças; 2) 21 entrevistas junto aos alunos do curso de soldado que, ao todo, eram 114, e 3) acompanhamento e observações em sala de aula.

2. Temos ciência de que o processo de socialização policial militar não se esgota no período de formatura, ele vai além e acompanha o policial ao longo de sua carreira. No entanto, esta análise restringe-se ao período de formação, por ser ele o que marca a ruptura entre dois mundos sociais: o civil e o militar.

o que Goffman denomina de mortificação do self,³ ou seja, a anulação da identidade individual, principalmente nos primeiros dias de adaptação.

De acordo com Goffman, “uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, leva uma vida fechada e formalmente administrada” (1974, p. 11).

Na perspectiva de Goffman, todas as instituições tendem a ser fechadas. Esse fechamento diz respeito ao caráter totalizador que se expressa em barreiras que cerceiam as livres relações de quem está dentro com quem está fora dessas instituições. Essas barreiras e proibições incluem o aspecto físico, como é o caso das prisões, dos campos de concentração, dos conventos e dos quartéis.

Goffman levanta cinco tipos ou categorias de instituições totais. Em síntese são locais estabelecidos: 1) para cuidar de pessoas incapazes e inofensivas (ex.: asilos e orfanatos); 2) para cuidar de pessoas que oferecem, não intencionalmente, algum tipo de ameaça à comunidade (ex.: sanatórios e leprosários); 3) para proteger a sociedade contra perigos intencionais (ex.: prisões); 4) para realizar mais adequadamente uma tarefa (ex.: quartéis e escolas internas); 5) para servir de refúgio do mundo (ex.: mosteiros e conventos). Este estudo privilegiou a quarta categoria, aquela instituída para realizar de maneira mais adequada alguma tarefa de trabalho.

A Academia de Polícia Militar foi concebida e tratada como uma instituição total. Vale lembrar que uma das características fundamentais das instituições totais é que, nelas, diferentemente do que ocorre na sociedade moderna, o indivíduo tende a dormir, trabalhar e recrear em um mesmo ambiente. Ou seja, enquanto o indivíduo da sociedade mais ampla recreia, trabalha e dorme em lugares diferentes, o indivíduo participante de uma instituição total faz tudo isso num mesmo local.

3. A tradução brasileira de Goffman (1974) é mortificação do eu. Neste trabalho, no entanto, foi feita a opção de usar self em lugar de eu, já que self diz respeito à parte social que o indivíduo apropria para construir sua identidade.

Ao conceber a Academia de Polícia Militar como instituição total, torna-se necessário afirmar que, na Polícia Militar de Goiás, havia, até pouco tempo atrás, um período de adaptação, no qual os alunos PMs viviam em regime de internato. Para os cadetes, esse período era de um ano, no qual só aos finais de semana eram liberados, caso não estivessem escalados para algum tipo de serviço.

No que diz respeito à formação dos alunos soldados, a norma de aquartelização nunca foi rígida, senão implicitamente. Para esses alunos principalmente, e para os policiais militares como um todo, costuma-se afirmar que o quartel é a segunda casa e que PM só tem horário para começar a trabalhar, mas não para terminar.

Um outro ditado corrente nas falas dos PMs, principalmente dos oficiais, é que o policial militar é “polícia 24 horas por dia”. Parece não haver diferença entre trabalho e folga, entre lugar de trabalhar e lugar de dormir. O policial militar assume e incorpora tão bem essas instruções de seus colegas que até mesmo os seus vizinhos e amigos o chamam em momentos de folga para resolver qualquer questão pendente. Portanto, parece não haver grandes problemas em conceber a Academia de Polícia Militar como instituição total, já que as barreiras que separam três esferas da vida, local de trabalho, de lazer e de dormir, são fluidas, inexistentes ou estão fragilizadas e diluídas pelo comportamento dos policiais militares. O grau de fechamento da Polícia Militar não chega ao extremo, como é o caso das penitenciárias. Nem por isso, pode-se afirmar que não haja barreiras dificultando o contato e a comunicação dos internos com o mundo externo.

Um outro aspecto relevante das instituições totais é que existe uma distinção básica entre dois grupos: um pequeno grupo dirigente e uma grande massa de internos. Na Polícia Militar, pode-se identificar a equipe dirigente com os oficiais e o grupo dos internos com os praças. Neste trabalho, concebemos os cadetes como parte integrante da equipe dirigente e os alunos do CFP como internos.

Esses dois grupos, equipe dirigente e internos, constituem categorias genéricas de identificação profissional da corporação. A pretensão não é reduzir nem desfigurar o

complexo hierárquico da Polícia Militar nesses dois grupos gerais. Não ignoramos a existência de uma complexa cadeia de poder e influência nas relações entre os diferentes integrantes da Polícia Militar, uns exercendo mais, outros menos influência em suas redes de relações. Apesar do grupo de internos não ser homogêneo, seus integrantes têm em comum o fato de serem “pontas-de-lança”, termo usado por alguns oficiais para designar os policiais que lidam diretamente com as ocorrências policiais militares e com as pessoas nelas envolvidas.

Feita a distinção entre equipe dirigente e internos, cabe dizer que, segundo Goffman, “cada um desses grupos percebe o outro através de estereótipos limitados e hostis” (1974, p. 19). Numa instituição total, as decisões são tomadas apenas pela equipe dirigente. Os planos de trabalhos da Polícia Militar, decididos nas reuniões de oficiais, descem prontos à tropa. Ordem é para ser cumprida, esta é a regra. As ponderações, pontos de vista e discordâncias dos subordinados são ignoradas por completo. Evidentemente, todas essas restrições, a começar pela comunicação, ajudam a manter um clima hostil entre os grupos. Apesar dos valores militares tentarem agregar todos os policiais dentro de um único bloco, percebe-se que os dois grupos têm pontos de vista bastante distintos.

Sobre a equipe dirigente recaem a responsabilidade e o controle de muitas necessidades humanas de grupos inteiros de pessoas. Na Polícia Militar, não é diferente, ao menos durante o período de adaptação dos PMs à instituição. A ação dos oficiais, sobretudo dos cadetes, em se tratando de uma instituição de ensino, sufoca a individualidade e a liberdade de ação dos alunos soldados, forjando-lhes uma identidade eminentemente militar.

Nas organizações modernas, o direito legítimo de interpretar e julgar as ações de funcionários, baseando-se nos regulamentos internos, recai sobre a equipe dirigente. Na Polícia Militar, no entanto, não são incomuns situações complexas nas quais o superior impõe-se ao subordinado, independentemente do que está estatuído.

Conceber a Polícia Militar como uma instituição total implica avaliar as redes de

contato e comunicação entre equipe dirigente e grupo de internos. No caso, o contato e o diálogo entre oficiais e praças são, muitas vezes, dificultados por parte dos primeiros, em nome da hierarquia e da disciplina. Assim, “presumivelmente, todas essas restrições de contato ajudam a conservar os estereótipos antagônicos” (Goffman, 1974, p. 20).

A abordagem de Goffman a respeito das instituições totais teve, em nosso estudo, a vantagem de facilitar a percepção e a análise da relação entre socialização e prática policial militar.⁴ Os PMs, ao serem socializados num ambiente de relações hostis, o quartel, acabam reproduzindo tais embates nas suas interações com a sociedade mais ampla. Ou seja, já que, nas relações internas dos PMs entre si, o diálogo é quase inexistente, o clima é de hostilidade e o relacionamento é baseado, muitas vezes, no autoritarismo e no abuso de poder por parte dos superiores hierárquicos, o mesmo tenderá a ocorrer no convívio com a comunidade. Dessa forma, o relacionamento precário e autoritário entre policiais militares e comunidade vincula-se ao processo de socialização dos primeiros num mundo onde as relações entre oficiais e praças são hostis.

No entanto, as idéias não mudam brusca-mente, é necessário um longo processo, no qual os indivíduos vão se socializando e incorporando os valores e normas do grupo. Na Polícia Militar, como em qualquer instituição total, esse processo é acelerado pela mortificação do self durante a permanência do interno na instituição, principalmente na fase da adaptação, período em que ele é considerado novato. Um outro fator que parece contribuir para catalisar esse processo de mortificação do self é que a maioria dos indivíduos que ingressam na Polícia Militar é relativamente jovem, não tendo ainda cristalizado alguns valores e princípios sociais tidos como imprescindíveis na sociedade moderna – democracia, cidadania, igualdade, entre outros.

4. Vale ressaltar que a relação entre socialização e práticas policiais militares, sobretudo aquelas marcadas pela truculência, não é mecânica e nem mesmo fácil de ser percebida. O vínculo que estabelecemos entre socialização e violência não deve supor, também, que estamos querendo reduzir todos os componentes que concorrem para a truculência policial militar a apenas um, a socialização.

Essa imaturidade quase sempre se traduz na rápida absorção e internalização dos valores e preceitos militares, presente nas interações entre equipe dirigente e internos.

Uma outra observação deve ser feita. Assim como as idéias e valores não são incorporados da noite para o dia, da mesma forma também as práticas policiais não são puro reflexo da vida em quartel. Quando se trata de relações sociais, as coisas não funcionam mecanicamente. Há uma complexa trama de elementos objetivos e subjetivos, internos e externos, interagindo, orientando e reorientando o comportamento dos indivíduos em sociedade.

De modo geral, o policial militar tem consciência de que é participante de uma formação distinta daquela transmitida aos civis. Assim, ele se vê como um ser capaz de um autocontrole inatingível pelos não-participantes dos valores e princípios militares. No linguajar dos PMs, ouve-se muito o termo paisano folgado, ou seja, o civil é folgado justamente por não ter recebido a formação militar e, portanto, não sabe se comportar de forma disciplinada como eles. O termo paisano “é normalmente usado em lugar de ‘civil’ mas, embora pareça ser a mesma coisa, não é. ‘Paisano’ é um termo claramente pejorativo [...]” (Castro, 1990, p. 38).

Na relação entre Polícia Militar e comunidade, os PMs constroem estereótipos ou modelos de comportamento para as pessoas da comunidade, baseando-se nos valores militares, ou seja, aqueles enfatizados durante o processo de socialização policial militar. Esses estereótipos ou representações criam certas expectativas nos PMs em relação ao comportamento dos civis de uma determinada comunidade. Tais expectativas, geralmente, não correspondem à visão de mundo dos civis, gerando um desnível de comunicação e relacionamento entre uns e outros, o que pode resultar em violência policial.

Essas representações construídas socialmente durante o CFP referem-se à expectativa de que os civis se comportem como os policiais militares que aprendem a ter uma postura e uma compostura rígidas desde os primeiros dias na escola de formação. Assim como os PMs de baixa ou nenhuma graduação têm de se submeter aos superiores hierárquicos, também os PMs,

quando em serviço, principalmente operacional, esperam que os paisanos folgados se submetam a eles com o mesmo respeito e submissão.

Mortificação do self

O conceito de alternância biográfica de Peter Berger (1995) revelou-se útil no auxílio e na busca da compreensão do processo de socialização dos policiais militares. A alternância diz respeito à tomada de consciência do indivíduo ao passar de um mundo social a outro. “Isto é, modificamos nossas cosmovisões (e, portanto, nossas interpretações e reinterpretações de nossa biografia) à medida que passamos de um mundo social para outro” (Berger, 1995, p. 75).

Ao mudar de mundo social, o indivíduo reinterpreta sua biografia e, portanto, sua identidade. Para ilustrar essa afirmação, recorro a um exemplo pessoal: em 1989, quando cumpria o serviço militar obrigatório no Exército, após uma semana de incansáveis exercícios e treinamento intensivo, em ritmo alucinante, das 6 às 22 horas, vivendo internamente, saí e, ao entrar em um ônibus, senti algo diferente, senti ser um militar. O modo como segurei no corrimão daquele ônibus foi totalmente diferente do costureiro. A vibração, isto é, a ênfase nos exercícios militares daquela semana tinha me contagiado. Nos termos de Berger, a consciência sociológica permitiu-me perceber tal alternância, ou seja, a mudança de mundo social.

Aquelas primeiras semanas no Exército, a quarentena, apresentavam a todos os novatos um novo mundo. Os antigos valores deveriam ser destruídos ou, pelo menos, sufocados, contidos. Criava-se assim uma nova identidade, a de militar. Os treinamentos daquela quarentena serviram para despir todos os novatos de hábitos, costumes e vícios herdados da antiga vida civil. Naqueles primeiros dias de quartel, era difícil um que não chorasse. Apesar dos exercícios físicos serem cansativos ao extremo, o que mais incomodava era a pressão psicológica. Assim, um sargento batia no armário e apitava enquanto dava três minutos para que uma companhia inteira tomasse banho (cerca de 120 homens). Durante as primeiras semanas no quartel era comum ouvirem-se frases de

soldados durante o sono. Não era difícil escutar às quatro horas da manhã um soldado gritando, enquanto dormia, “sim, senhor”, “pronto” e outras expressões de obediência. Dessa forma, “apesar da pressão revestir-se por vezes de um caráter ‘físico’, como nos exemplos dados, os cadetes afirmam que ela é basicamente ‘psicológica’. Seu componente mais forte seria a humilhação verbal” (Castro, 1990, p. 16).

Durante a quarentena, as punições eram sem dó para aqueles que não aprendiam a mortificar o antigo ser que havia em si. Era necessário que todos aprendessem as regras básicas do militarismo: dizer sim, senhor e não, senhor, executar as ordens sem questioná-las. Saber o seu lugar dentro do complexo hierárquico era de fundamental importância para uma boa convivência.

Parece que todo aquele esforço para despir, de antigos hábitos, todos os novatos surtiu algum efeito. No Exército, sobretudo no mês de chegada do novato, conhecido como quarentena, todas as expressões de sentimento e sensibilidade eram contidas e sufocadas. Com o passar do tempo, no entanto, alguns soldados trabalhavam mal-humorados a ponto de soarem o alarme de sua guarita apenas para descarregar suas tensões. Outros disparavam suas armas e depois alegavam terem visto algum vulto ou qualquer coisa se movendo. Apesar de haver essas fugas, elas não eram comuns na fase de adaptação. Elas ocorriam na medida em que os soldados tornavam-se mais antigos dentro da caserna.

Na Polícia Militar, não é muito diferente, já que a estrutura dessa instituição segue o mesmo modelo da do Exército. Nas academias e centros de formação policial militar são os valores inerentes à estrutura militar, isto é, à hierarquia e à disciplina os mais relevantes. É ensinado aos alunos em formação que o soldado é superior ao tempo, ou seja, o soldado está preparado para enfrentar qualquer situação, seja ela natural (vento, chuva calor etc.) ou social (conflitos, motins etc.). O policial militar é superior ao tempo porque ele possui um corpo disciplinado.⁵

5. O corpo disciplinado revela que o treinamento militar possibilita aos PMs o adestramento do corpo, de forma a superar qualquer tipo de humilhação ou circunstância constrangedora. O termo é de Michel Foucault e foi usado por Da Silva, 1998.

Até recentemente havia nos cursos⁶ de formações de policiais militares os chamados arranca-rabos, um tipo de castigo em forma de treinamento militar que consistia em atividades humilhantes como rastejar, ficar sentado e de pé ao som do apito do instrutor, marchar com fuzil até o aluno não suportar, em resumo, cumprir atividades humilhantes, mas que eram eficazes para a mortificação do self. Alguém que não passasse pelo menos por um arranca-rabo era chacoteado pelos próprios colegas como sendo um paisano fardado. De certa forma, o arranca-rabo pode ser equiparado a rito de passagem,⁷ uma cerimônia que marca o momento de transição de um mundo social a outro. Nessas situações particulares, porém reveladoras, o aluno era submetido a tratamentos humilhantes. Os oficiais, nessas ocasiões, alcançavam uma total submissão dos alunos que, sob qualquer pressão, precisavam suportar as humilhações, caso quisessem permanecer ligados ao curso, e qualquer desobediência poderia resultar no desligamento ou em punições que, além de cercear a liberdade, manchavam sua ficha pessoal.

Não se pode deixar de registrar que atualmente existem as manobras, os aquartelados e outras atividades que, apesar de não serem designadas de arranca-rabos, têm, muitas vezes, conteúdos semelhantes a estes. Não importa o nome que se dê a tais atividades, seja arranca rabo ou manobra, o que deve-se destacar é que são eficazes para anular valores da vida civil e implantar um novo código de conduta, pautado nos princípios da hierarquia e da disciplina.

Nesse processo de mortificação do self, os valores estruturantes da Polícia Militar vão sendo incorporados à maneira de pensar e agir

6. Vale ressaltar que somente na década de 1990 é que os cursos de soldado passaram a ser realizados apenas na Academia de Polícia Militar (APM) e no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP); até então, os cursos de soldado eram realizados nas diversas unidades que compõe a Polícia Militar do Estado de Goiás, no interior e na capital. Isto pressupõe que praticamente todos os oficiais eram “instrutores” nos cursos, quer estivessem preparados ou não.

7. C.L. Albuquerque e E.P. Machado (2001) fazem uma análise dos rituais da instituição policial militar, mostrando que a modernização do currículo do CFO da PM da Bahia não dispensa os ritos de mortificação e anulação total do indivíduo, durante a Jornada de Instrução Militar (JIM).

dos PMs, de tal forma que não é necessário fazer um grande esforço para identificar um policial militar, mesmo estando fora de serviço e sem nenhum tipo de fardamento. A sua fala, os seus gestos, o seu comportamento, tudo isso o denuncia como tal. Assim, uma das funções do processo de mortificação do self é fazer com que o indivíduo rompa com valores e sensibilidades do velho mundo social de que participava para que possa se apropriar com maior nitidez dos novos valores.

No processo de socialização policial militar, os exercícios, ordens, tarefas e qualquer outro tipo de atividade mortificam o self dos referidos alunos em formação e aceleram a passagem de um mundo social a outro, e o último estado é considerado superior ao primeiro. Em outras palavras, o papel de militar deve sobrepor-se aos papéis antes desempenhados por esse mesmo indivíduo na sociedade mais ampla. Os valores, as crenças e as ideologias presentes nas leis, regulamentos, costumes e tradições da Polícia Militar vão sendo assimilados de tal forma que o status social de seu antigo mundo cede lugar a um novo status, o de militar.

Nesse período de adaptação, Goffman afirma que há uma “[...] deformação pessoal que decorre do fato de a pessoa perder seu conjunto de identidade [...]” (1974, p. 29). Na construção da nova identidade dos PMs, o papel de militar sobrepõe-se tanto aos princípios e valores vinculados ao seu “antigo mundo” como também ao próprio papel de policial. Antes de ser um bom policial, é necessário ser um bom militar, saber obedecer, colocar-se no seu lugar. O militarismo deixa de ser apenas um meio, torna-se um fim em si mesmo.

No processo de mortificação do self, “muitas vezes, os internos são obrigados a, em sua interação social com a equipe dirigente, apresentar atos verbais de deferência – como, por exemplo, dizendo ‘senhor’ a todo momento” (idem, *ibidem*, p. 30). A relação entre equipe dirigente e internos é marcada por um certo descaso. Alguns oficiais e cadetes sentem-se como se tivessem uma natureza superior à dos alunos soldados, assim como os pastores estão, por natureza, numa posição mais elevada que suas ovelhas.

O fato de haver diferentes refeitórios, cassinos e alojamentos para praças e oficiais corrobora a idéia de apartação entre esses dois grupos da Polícia Militar. Essa separação e distanciamento, além do tratamento hostil que superiores dispensam aos subalternos, reforça a idéia compartilhada entre os internos de que a equipe dirigente não os considera como iguais,⁸ em alguns casos nem mesmo como seres humanos.

Dupla estereotipia

Apesar do discurso,⁹ principalmente dos oficiais, e dos ensinamentos transmitidos em sala de aula a respeito de construir uma polícia mais humana e mais democrática, a forma de socialização imposta aos alunos do Curso de Formação de Praças Policiais Militares, através dos ritos, Ordem Unida e arranca-rabos, contradiz esses ensinamentos e discursos reticentes, forjando uma imagem pejorativa do civil.

A visão hierarquizada do policial militar a respeito do civil tem a sua contrapartida no fato de que os civis também representam os policiais militares de forma pejorativa, ocorrendo uma dupla estereotipia. Por um lado, o civil é visto como um paisano folgado. Por outro, a população vê o policial militar como alguém despreparado, rude e violento.

Parcelas significativas da sociedade criam estereótipos negativos a respeito da Polícia Militar. As classes abastadas, pelo fato de a polícia ser uma profissão mal remunerada, com pouca sofisticação cultural por parte de seus integrantes e ser uma profissão eminentemente das classes mais baixas da sociedade. Já as pessoas das classes mais baixas, devido às suas próprias experiências negativas com a Polícia Militar.¹⁰

8. Iguais no sentido amplo do termo, como um princípio da sociedade moderna e não como uma igualdade hierárquica.

9. Discurso observado na pesquisa empírica e apreendido na análise das monografias do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO).

10. O suporte para tal afirmação advém, sobretudo, da análise das monografias do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO). A nossa pesquisa esteve restrita à Academia de Polícia Militar (APM), não se estendendo à comunidade.

Nas relações da polícia com a comunidade, os valores do militarismo não deixam de estar presentes, porém, praticamente não colocam nenhuma barreira às práticas de truculência policial militar, reforçando o estigma sobre a corporação. Nas relações entre equipe dirigente e internos, apesar de haver hostilidades, o regulamento disciplinar revela-se coercitivamente, anulando ou abafando tais embates. No que diz respeito à relação entre Polícia Militar e comunidade não se pode fazer a mesma afirmativa, já que as hostilidades, cristalizadas sob a forma de truculência e violência policial, quase sempre não são sancionadas pelo Regulamento Disciplinar da Polícia Militar (RDPM/GO).

Ao ser socializado numa instituição militar, o policial acaba por construir uma visão hierarquizada do civil, da mesma forma que aprende a distinguir quem é quem nas relações internas. De forma geral, o civil é visto como um paisano folgado, um termo que deprecia a condição de cidadão do indivíduo. No entanto, nem todos, sob a ótica policial militar, são vistos com desprezo, há aqueles que são vistos como superiores. Estes são aqueles poucos que, direta ou indiretamente, exercem influência na sociedade. A Polícia Militar não chega a incomodar essa minoria, pois os policiais militares sabem evitar complicações e punições desnecessárias.¹¹ O tratamento dos policiais militares é diferenciado para com os participantes da comunidade onde trabalham. Aqueles indivíduos que se relacionam diretamente com o alto escalão do governo estadual, ou mesmo com o alto comando da Polícia Militar, parecem estar acima das leis. Nesses casos, o jeitinho brasileiro aparece nas relações entre policiais militares e comunidade, evitando e contornando praticamente todas as situações embaraçosas.

Dessa forma, nas relações internas da Polícia Militar, apesar dos embates e hostilidades, o regulamento ou o medo que ele impõe é necessário para manter a "ordem" dentro do quartel. Os exercícios militares e o próprio cotidiano dos policiais, sobretudo quando se trata

de uma instituição de ensino, fazem com que os policiais de baixa ou nenhuma graduação sejam completamente submissos aos superiores hierárquicos, quer queiram, quer não.

A relação entre Polícia Militar e comunidade estrutura-se de forma distinta das relações travadas no interior dos quartéis. Apesar de ser o mesmo regulamento que prescreve as relações internas e externas da Polícia Militar, o resultado alcançado num caso não é o mesmo no outro. Esse fato pode ser constatado através da análise das fichas pessoais dos policiais militares como um todo, mas, em especial, nas dos praças. Verifica-se que as punições de caráter militar sobrepõem em muito àquelas referentes às relações entre Polícia Militar e comunidade. Raramente se encontram, nas fichas policiais militares, punições por motivo de espancamento, truculência ou desrespeito ao cidadão. Responder a um superior hierárquico constitui-se, na prática, uma transgressão mais grave do que violar os direitos humanos.

O policial militar é socializado num ambiente onde ele tem não só que obedecer às ordens de seus superiores e cumprir todos os regulamentos internos que prescrevem suas ações. O policial militar deve cumprir e obedecer de uma determinada forma, totalmente submisso e amplamente subserviente. Enquanto a submissão é prescrita nos regulamentos, a subserviência é fruto do abuso de autoridade de alguns membros da equipe dirigente.

Ideologia belicista

As disciplinas humanitárias introduzidas nos currículos dos cursos de formação de policiais militares não anulam a ideologia belicista que norteia a formação e a prática policial militar. Nessa visão, o criminoso é tido como um inimigo que deve ser eliminado. Em vez da ação preventiva contra o crime, a palavra de ordem é a ofensiva, é a tomada de posição contra o inimigo.

De acordo com essa ótica, quanto menos bandidos, menos crimes; quanto mais policiais nas ruas, menos bandidos. Assim, o papel da Polícia Militar é tirar os criminosos de circulação, custe o que custar.¹²

11. Esse aspecto foi desenvolvido na minha dissertação de mestrado – Praça Velho: um estudo sobre a socialização dos policiais militares –, na qual, a partir de DaMatta, discuto a questão da esperteza e malandragem policial militar.

12. Cf. Pinheiro, 1984.

Essa ação militar contra o crime promove por si só a violência policial na medida em que o criminoso é visto como um inimigo e, portanto, combatê-lo não constitui crime. Afinal, em guerra só se vence aniquilando o outro. Ainda nessa concepção, o confronto é intensamente buscado, já que não se trata de cidadãos que desviaram sua conduta dos ditames da lei, mas sim de inimigos perturbadores da ordem, de bandidos que estão colocando em perigo a vida em sociedade. São percebidos como verdadeiras aberrações que não podem ser toleradas no convívio em sociedade. Portanto, nada mais natural do que o comportamento violento e hostil dos PMs como forma de combate a tais aberrações.

Essa ideologia belicista que norteia as ações da Polícia Militar contra as práticas delinquentiais firma-se na crença de que, para resolver a questão da violência e da criminalidade no Brasil, basta apenas mais do mesmo: mais viaturas, mais homens, mais armamentos e equipamentos. Aumenta-se, assim, o aparato repressivo, sem, porém, mudar a estratégia de ação e a mentalidade dos policiais militares. Os resultados práticos fomentados por essa ideologia belicista têm sido uma verdadeira guerra contra os delinquentes. Guerra essa que assola e amedronta as classes populares, sem, no entanto, resolver os problemas da violência e da criminalidade tanto no meio urbano como no rural.

Os bandidos, de acordo com a ótica dos alunos do Curso de Soldado, são frios e calculistas. Por isso, muitos policiais militares afirmam não os respeitarem. Um dos alunos soldados, em entrevista, afirmou incisivamente que “bandido tem que ser erradicado. Você entendeu?! Caça um jeito aí! É cadeira elétrica, fuzilamento em praça pública. Eu sou a favor disso aí cara!”. Um outro repetiu uma frase pronunciada pelo vice-comandante geral da Polícia Militar: “bandido bom é bandido morto”.

Essa ideologia da guerra permeia os ensinamentos e a formação policial militar de tal maneira que nem mesmo a presença de um civil, o pesquisador/observador, pôde inibir o discurso de um oficial. Este, ao ser indagado a respeito da ação policial que resultou no massacre de Carandiru, respondeu que os

policiais fizeram pouco, pois aqueles bandidos de São Paulo são uns monstros e não mereciam viver. Assim, a forma de socialização imposta aos policiais militares não pode deixar de influenciar as práticas cotidianas do trabalho policial militar.

Conclusão

Como visto, as relações entre oficiais e praças são marcadas por hostilidades e arbitrariedades, sendo a humilhação verbal o recurso mais utilizado pelos participantes dos quadros superiores da instituição. A estrutura hierárquica e disciplinar da Polícia Militar não apenas deixa de inibir as práticas de abuso de autoridade dos superiores para com os subordinados como, em alguns casos, acaba por incentivá-las. Isso se deve, sobretudo, pelo fato de ser a equipe dirigente a responsável pelo julgamento das infrações disciplinares de todo quadro de funcionários da instituição, demonstrando, muitas vezes, parcialidade e corporativismo para com os superiores, em detrimento dos subordinados.

O policial militar que se encontra nas posições mais baixas na escala hierárquica aprende, também, desde os primeiros dias de seu ingresso na instituição, a obedecer às ordens, vontades e desejos dos superiores, bem como a não revidar as humilhações sofridas. Tudo isso faz parte de uma aprendizagem não-formalizada, mas que não pode passar despercebida, sobretudo pelos alunos soldados.

Além disso, o novo integrante da Polícia Militar passa, desde cedo, a representar o civil de forma pejorativa. As constantes interações entre superiores e subordinados fazem com que os policiais construam uma visão hierarquizada das pessoas, estando o civil numa posição inferior à do militar, já que este último é portador de autoridade, enquanto aquele não. Essa visão hierarquizada, colocando o civil em desvantagem em relação ao militar, é o primeiro passo para a truculência policial militar, isto porque eles esperam que os civis se comportem como se fossem seus subordinados.

Dessa forma, as hostilidades entre equipe dirigente e internos, bem como a ideologia belicista que orienta a formação e a prática

policial militar não podem ser descartadas como fatores explicativos do comportamento policial militar, em especial o violento.

Abstract: This paper is aimed at analysing the socialization process of the military police according to the concepts of a total institution and mortification of the self according to Erving Goffman. We take as a starting point the supposition that the socialization process of the military policeman, centered in the values and principles of hierarchy and discipline, does not take into consideration ancient values of its new members, forcing them to adapt to a new identity, based on military principles.

Thus, when undergoing socialization centered in hierarchy and military discipline, the new members construct a stereotyped vision of the civil citizens, considering them as lazy, which is a pejorative term. According to this perspective, the civil citizen begins to be represented in a pejorative way, which constitutes the first step for police violence.

In this way, a link between the socialization process and the stiffness of the military police towards the community is established.

Key-words: total institution; Military Police; Socialization.

Referências

ALBURQUERQUE, Carlos Linhares de; MACHADO, Eduardo Paes. Sob o signo de marte: modernização, ensino e ritos da instituição policial militar. *Sociologias*, Porto Alegre, UFRGS; ano 3, n. 5, jan./jul. 2001.

BERGER, Peter L. *Perspectivas sociológicas: uma visão humanística*. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. [Col. Antropologia, v. 1]

_____.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____.; BERGER, Brigitte. *Socialização: como ser membro da sociedade*. In: FORACCHI, M. M.;

MARTINS, J. S. *Sociologia e sociedade (leituras de introdução à sociologia)*. Rio de Janeiro: LTC, 1980.

CASTRO, Celso. *O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

DA SILVA, Telma Camargo. *Soldado é superior ao tempo: da ordem militar à experiência do corpo como locus de resistência*. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 4, n. 9, out. 1998.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

_____. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974. [Col. Debates Psicologia, v. 91]

LEIRNER, Piero de Camargo. *Meia-volta, volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Escritos indignados: polícia, prisões e política no Estado autoritário*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. *Polícia e crise política: o caso das polícias militares*. In: DAMATTA, Roberto et al. *Violência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

RIFIOTIS, Theophilos. *A denúncia da violência policial na imprensa de São Paulo: o leitor-modelo do caso da polícia militar na Favela Naval (Diadema)*. In: OLIVEIRA, D. D. de; SANTOS, S. A. dos; BRITO E SILVA, V. G. (Orgs.). *Violência policial: tolerância zero?* Goiânia: Ed da UFG; Brasília: MNDH, 2001.

SILVA, Agnaldo José da. *Praça Velho: um estudo sobre o processo de socialização policial militar*. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos (Orgs.). *Cidadania e violência*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; FGV, 2000.

RECEBIDO EM NOVEMBRO DE 2003
APROVADO MARÇO DE 2004